



# Diário Oficial

## ESTADO DE SANTA CATARINA

XC

FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024

NÚMERO 22256

### SUMÁRIO

<b>ATOS DO PODER EXECUTIVO</b>	<b>1</b>
<b>GABINETE DO GOVERNADOR</b>	<b>2</b>
Controladoria-Geral do Estado.....	2
Procuradoria-Geral do Estado.....	2
<b>SECRETARIAS DE ESTADO</b>	<b>3</b>
Administração.....	3
Administração Prisional e Socioeducativa.....	3
Agricultura.....	5
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	5
Educação.....	5
CEE – Conselho Estadual de Educação.....	6
Fazenda.....	6
Indústria, do comércio e do Serviço.....	18
Infraestrutura e Mobilidade.....	18
Meio Ambiente e da Economia Verde.....	18
Proteção e Defesa Civil.....	18
Saúde.....	19
Segurança Pública.....	21
Polícia Militar.....	21
Polícia Civil.....	22
<b>AUTARQUIAS ESTADUAIS</b>	<b>22</b>
IMA – Instituto do Meio Ambiente.....	22
IMETRO – Instituto de Metrologia.....	22
IPREV – Instituto de Previdência.....	23
JUCESC – Junta Comercial.....	26
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.....	26
<b>FUNDAÇÕES ESTADUAIS</b>	<b>49</b>
FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação.....	49
FCC – Fundação Catarinense de Cultura.....	49
FESPORTE – Fundação Catarinense de Esportes.....	49
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.....	49
<b>ECONOMIAS MISTAS</b>	<b>51</b>
SCPAR – Porto de Imbituba.....	51
SCPAR – Porto de São Francisco do Sul S.A.....	51
<b>CONCURSOS</b>	<b>51</b>
<b>LICITAÇÕES</b>	<b>52</b>
Secretarias de Estado.....	52
Fundações Estaduais.....	54
Economias Mistas.....	54
<b>CONTRATOS E ADITIVOS</b>	<b>55</b>
Gabinete do Governador.....	55
Secretarias de Estado.....	55
Autarquias Estaduais.....	59
Fundações Estaduais.....	60
Economias Mistas.....	60

<b>PREFEITURAS MUNICIPAIS</b>	<b>61</b>
Balneário Camboriú.....	61
Balneário Piçarras.....	61
Bela Vista do Toldo.....	61
Braço do Norte.....	61
Camboriú.....	61
Campo Erê.....	61
Celso Ramos.....	61
Chapecó.....	61
Cunha Porã.....	61
Descanso.....	62
Doutor Pedrinho.....	62
Içara.....	62
Ipuçu.....	62
Irineópolis.....	62
Itapoa.....	62
Ituporanga.....	62
Jaraguá do Sul.....	63
Joinville.....	63
Morro da Fumaça.....	64
Nova Itaberaba.....	64
Nova Veneza.....	64
Papanduva.....	64
Porto União.....	65
Santa Cecília.....	65
São Ludgero.....	65
Seara.....	65
Siderópolis.....	65
Timbó.....	66
Treviso.....	66
<b>PUBLICAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>67</b>

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 668 / 2024  
**FAZER CESSAR**, conforme processo nº SEA 7353/2024, a disposição para SEA, do servidor ERONILDO CRISPIM DE SOUZA, mat. nº 0239462-6-01, do cargo TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, lotada na SICOS, efetuada por intermédio do Ato nº 841, publicado em 27/03/2019, a contar de 02/05/2024. *(Republicado por incorreção)*

**JORGINHO MELLO**  
Governador do Estado

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989749

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 111 / 2024  
**FAZER CESSAR**, conforme processo nº DC 3505/2023, os efeitos do Ato nº 2740, publicado em 06/09/23, que colocou à disposição da SDC,

MAURICIO GRACIANO DE LIMA, mat. nº 0918738-3-02, do cargo AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, lotado na PCSC, a contar de 01/01/2024.

ATO nº 566 / 2024

**FAZER CESSAR**, conforme processo nº PGE 3716, os efeitos do Ato nº 2744, publicado em 06/09/2023, que colocou à disposição do Ministério da Cultura, BARTIRA BARROS SALMOM DE SOUZA, mat. nº 0658801-8-02, do cargo ASSISTENTE JURÍDICO, lotada na PGE, a contar de 26/03/2024.

ATO nº 653 / 2024

**RECEBER À DISPOSIÇÃO**, para atuar na SES, de acordo com o Decreto nº 336/2019, conforme processo nº SES 80016/2024, NADIA RENATE DA SILVA, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com ônus da origem, no período de 10/04/2024 a 31/12/2024.

**JORGINHO MELLO**  
Governador do Estado

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989874

ATO nº 601 / 2024

**NOMEAR**, de acordo com a Lei nº 15.115/2010 e conforme processo nº FESPORTE 563/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONEDE, para completar biênio 2022/2024, a contar de 12/04/2024:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

\*Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE

Suplente: PATRÍCIA SILVEIRA NEVES, em substituição a Mirian Dolzan.

ATO nº 603 / 2024

**NOMEAR**, de acordo com a Lei nº 16.534/14 e conforme processo nº SED 65733/2024, a pessoa abaixo relacionada, para compor o Conselho Estadual dos Direitos Humanos - CEDH/SC, biênio 2023/2025:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

\*SED

Suplente: VALDÍCIA ZULMA LUCIANO KLAUSEN, em substituição Cleusa Matiola Petrovic.

ATO nº 672 / 2024

**CONCEDER EXONERAÇÃO**, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SEMAE 733/2024, a DAFNEE CAROLINE CANELLO, mat. nº 0970116-8-05, do cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, nível DGS-2, da SEMAE.

ATO nº 673 / 2024

**CONCEDER EXONERAÇÃO**, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SETUR 305/2024, a RENAN ARTUR PRETTO, mat. nº 0715669-3-02, do cargo de GERENTE DE MARKETING, nível DGS-2, da SETUR, a contar de 20/04/2024.

**JORGINHO MELLO**  
Governador do Estado

**VÂNIO BOING**  
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 989884

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)		DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS-Método Indireto PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)														
		Notas	2023	2022	Notas	2023	2022												
<b>ATIVO</b>																			
<b>Circulante</b>																			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-															
Contas a receber	5	501.508	326.054																
Estoques	6	21.413	20.666																
Outros créditos		4.444	6.462																
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-	-															
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.204.863</b>	<b>353.182</b>																
<b>Não Circulante</b>																			
Partes relacionadas	11	6.700	6.700																
Imobilizado – Próprio	7	13.858	12.297																
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>20.558</b>	<b>18.997</b>																
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.225.421</b>	<b>372.179</b>																
		Notas	2023	2022															
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>																			
<b>Circulante</b>																			
Fornecedores	8	287.049	237.808																
Obrigações trabalhistas	9	375.444	311.546																
Obrigações sociais	10	71.576	52.674																
Obrigações fiscais		25.389	15.548																
Outras contas a pagar		2.445	2.445																
Partes relacionadas	11	14.022	18.293																
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-	-															
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>2.453.423</b>	<b>638.314</b>																
<b>Não Circulante</b>																			
Partes relacionadas	11	806.707	483.836																
Provisão para contingências	12	50.000	-	-															
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>856.707</b>	<b>483.836</b>																
<b>Patrimônio Social</b>																			
Patrimônio social		(749.971)	(336.260)																
Déficit acumulado		(334.738)	(413.711)																
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>(1.084.709)</b>	<b>(749.971)</b>																
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>2.225.421</b>	<b>372.179</b>																
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)</b>																			
<p><b>1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais</b> A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas está habilitada como porte I – opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde. A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A Unidade de Pronto Atendimento está situada na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul – SC.</p> <p><b>b. Contrato de Gestão</b> O contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 022/2019, vigente até 30/06/2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Âmbito</th> <th>Legislação</th> <th>Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde – CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação temporariamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.</p> <p><b>c. Déficit do exercício de 2023</b> Em 2023 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 334.738 no exercício. Como consequência, a UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 248.560 em 31 de dezembro de 2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação da UPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.</p>								Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Âmbito	Legislação	Publicação																	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970																	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969																	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967																	
<p><b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade</b> Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.</p> <p><b>b. Aprovação das Demonstrações Financeiras</b> As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Abril de 2024.</p> <p><b>c. Base de Mensuração</b> As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:</p> <p><b>d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p><b>3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.</p> <p><b>a. Caixa e Equivalentes de Caixa</b> São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.</p> <p><b>b. Estoques</b> São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.</p> <p><b>c. Imobilizado I. Reconhecimento e Mensuração</b> Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as</p>																			
<p>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras</p> <p>cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.</p> <p><b>ii. Custos Subsequentes</b> Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.</p> <p><b>iii. Depreciação</b> A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Taxa Anual de Depreciação - %</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10%</td> <td>Instalações</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>Máquina e Equipamentos</td> </tr> <tr> <td>20%</td> <td>Eq. Informática</td> </tr> </tbody> </table> <p>O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.</p> <p><b>d. Intangível</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.</p> <p><b>e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.</p> <p><b>f. Julgamentos e Estimativas</b> A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerir um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.</p> <p><b>i. Provisões para Riscos Judiciais</b> A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade</p>								Taxa Anual de Depreciação - %		10%	Instalações	10%	Máquina e Equipamentos	20%	Eq. Informática				
Taxa Anual de Depreciação - %																			
10%	Instalações																		
10%	Máquina e Equipamentos																		
20%	Eq. Informática																		
<p>Continua ...</p>																			

Continuação ...		4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		NOSSA SENHORA DA GRAÇA	
		2023	2022	806.707	483.836
de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. <b>Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa</b> É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. <b>Apuração do Superávit/Déficit</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. <b>Reconhecimento de Receitas</b> As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. <b>Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes</b> Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. <b>Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos</b> Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. <b>Patrimônio Líquido</b> Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. <b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. <b>Contratos de Gestão</b> Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.		Caixa em espécie - - Banco conta movimento - - Aplicações financeiras de liquidez imediata - - <b>Total</b> - - As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. O Contrato de gestão n.º 022/2019, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC, contempla recursos para gestão da UPA Sandra Regina e do Hospital e Maternidade Nossa Senhoras da Graça. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que o controle e gestão é realizado pela mesma Administração do Hospital Nossa Senhoras das Graças, a qual realiza as transferências para pagamento das despesas quando há necessidade. A Administração da UPA entende que as operações não são impactadas pela concentração dos recursos do contrato de gestão em contas do Hospital, trabalhando como retaguarda de atendimento.		Total Não Circulante 806.707 483.836 O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 14.022 (R\$ 18.293 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.	
Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. l. <b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. <b>Contratos de Gestão</b> Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não representar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.		5. <b>CONTAS A RECEBER</b> O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC, conforme contrato n.º 022-2019 vigente até 30/06/2024.		12. <b>PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS</b> A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão. Em 2023 foi constituída provisões referentes aos processos cíveis no montante de R\$ 50.000 conforme demonstrado abaixo.	
31/12/2022 rerepresentado 31/12/2022		2023 2022		2023 2022	
<b>ATIVO Circulante</b>		Contrato de gestão 501.508 326.054		Cível 50.000 -	
Caixa e equivalentes de caixa - -		<b>Total</b> 501.508 326.054		<b>Total</b> 50.000 -	
Contas a receber 326.054 326.054		AgingList 2023 2022		13. <b>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	
Estoques 20.666 20.666		A vencer 501.508 326.054		2023 2022	
Outros créditos 6.462 6.462		+ de 360 dias - -		Serviços de gestão (179.706) (241.624)	
Contratos de gestão 1.183.008 -		<b>Total</b> 501.508 326.054		Energia elétrica (52.745) (61.336)	
<b>Total do Ativo Circulante</b> 1.536.190 353.182		6. <b>ESTOQUES</b>		Aluguel de máquinas (24.468) (17.937)	
<b>Não Circulante</b>		Drogas e medicamentos 10.711 10.926		Água e esgoto (6.459) (5.278)	
Partes relacionadas 6.700 6.700		Materiais de uso do paciente 5.641 5.573		Provisão para contingências (50.000) -	
Imobilizado - Próprio 12.297 12.297		Limpeza e higienização 2.391 3.234		<b>Total</b> (324.504) (341.428)	
<b>Total do Ativo não Circulante</b> 18.997 18.997		Materiais de laboratório 737 -		14. <b>RENÚNCIA FISCAL</b> A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade de dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.	
<b>Total do Ativo</b> 1.555.187 372.179		Materiais de manutenção 378 -		2023 2022	
31/12/2022 rerepresentado 31/12/2022		Fios cirúrgicos 345 372		Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT 483.911 451.395	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL Circulante</b>		Demais materiais 1.210 561		<b>INSS</b> 483.911 451.395	
Fornecedores 237.808 237.808		<b>Total</b> 21.413 20.666		COFINS 178.489 138.890	
Obrigações trabalhistas 311.546 311.546		Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.		COFINS 178.489 138.890	
Obrigações sociais 52.674 52.674		7. <b>IMOBILIZADO</b>		<b>Total</b> 662.400 590.285	
Obrigações fiscais 15.548 15.548		Em 31 de dezembro de 2022		15. <b>COBERTURA DE SEGUROS</b> Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.	
Outras contas a pagar 2.445 2.445		Saldo inicial 610 1.335 1.876 3.821		16. <b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b> A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.	
Partes relacionadas 18.293 18.293		Aquisições - - 9.735 9.735		Aplicações financeiras de liquidez imediata - -	
Contratos de gestão 1.183.008 -		Transferências - - - -		Contas a receber 501.508 326.054	
<b>Total do Passivo Circulante</b> 1.821.322 638.314		Baixas - - - -		<b>Total ativos financeiros</b> 501.508 326.054	
<b>Não Circulante</b>		Depreciação (318) (180) (761) (1.259)		Fornecedores 287.049 237.808	
Partes relacionadas 483.836 483.836		<b>Saldo contábil líquido</b> 292 1.155 10.850 12.297		<b>Total passivos financeiros</b> 287.049 237.808	
<b>Total do Passivo não Circulante</b> 483.836 483.836		Em 31 de dezembro de 2023		17. <b>GESTÃO DE RISCOS</b> A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. <b>Riscos de Liquidez</b> As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou como risco de imagem à Entidade. ii. <b>Riscos de Crédito</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.	
<b>Patrimônio Social</b>		Saldo inicial 292 1.155 10.850 12.297		18. <b>EVENTOS SUBSEQUENTES</b> Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão n.º 022/2019 estava vigente, com encerramento em 30/06/2024. Em virtude	
Patrimônio social (336.260) (336.260)		Aquisições - - 3.520 3.520		Continua ...	
Superávit (déficit) acumulado (413.711) (413.711)		Transferências - - - -			
<b>Total do Patrimônio Social</b> (749.971) (749.971)		Baixas - - - -			
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b> 1.555.187 372.179		Depreciação (292) (180) (1.487) (1.959)			
		<b>Saldo contábil líquido</b> - 975 12.883 13.858			
		8. <b>FORNECEDORES</b>			
		Materiais e medicamentos 424 1.596			
		Serviços 32.914 37.832			
		Serviços médicos 225.595 180.879			
		Diversos 28.116 17.501			
		<b>Total</b> 287.049 237.808			
		9. <b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>			
		2023 2022			
		Ordenados e salários a pagar 160.615 126.486			
		Provisão férias 198.916 171.352			
		Provisões FGTS s/férias 15.913 13.708			
		<b>Total</b> 375.444 311.546			
		10. <b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>			
		2023 2022			
		INSS a recolher 19.981 14.321			
		FGTS a recolher 21.506 17.834			
		IRRRF s/ folha a recolher 23.518 15.078			
		Contr. sindical 6.571 5.441			
		<b>Total</b> 71.576 52.674			
		11. <b>PARTES RELACIONADAS</b>			
		2023 2022			
		Ativo			
		SEDE ADMINISTRATIVA 6.700 6.700			
		<b>Total Não Circulante</b> 6.700 6.700			
		Passivo			
		SEDE ADMINISTRATIVA 14.022 18.293			
		<b>Total Circulante</b> 14.022 18.293			
		HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL			

Continuação ...

de perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, não foram realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

São Francisco do Sul - SC, 23 de Abril de 2024.

**Rodrigo Fröhlich** - Diretor Executivo

CPF: xxx.129.927-xx

**Ediane Pacheco Lemos**

Contadora

CRC-SP-324161/O

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina São Francisco do Sul – SC **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa. A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da recuperabilidade dos saldos. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função

dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 3, chamamos a atenção de que o contrato de gestão contempla a administração do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça e da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas Sandra Regina. A UPA atua como retaguarda das atividades de atendimento do contrato de gestão 022/2019, junto à Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC e, em 31 de dezembro de 2023, não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, impactando em um capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 248.560. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentava patrimônio social negativo na ordem de R\$ 1.084.709. A Administração conjunta do Hospital e UPA entende que as necessidades de caixa da UPA são supridas pelos recursos obtidos do contrato de gestão e mantidos em contas do Hospital, concluindo por não haver riscos de continuidade e/ou necessidade de provisões contingenciais. ii) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 16, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão conjunto do Hospital e UPA estava vigente até 30 de junho de 2024, por meio do aditivo contratual, entretanto, até a emissão desse relatório, o Ente Público não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. iv) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 20 de abril de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

**PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2

**Heitor Pivom** - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Cod. Mat.: 989646

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A partir da nova funcionalidade, é possível gerar um extrato somente com seu ato ou matéria desejada, com certificação digital e possível de ser verificado/autenticado via qr-code. Rápido, simples e prático. Agora você vai ter um extrato de publicação totalmente individualizado, contendo somente a publicação desejada."